

Mau começo

EDGAR FLEXA RIBEIRO

"Ours not to reason why, ours but to do and die." ("Não nos cabe perguntar por quê, apenas obedecer e morrer.") *Alfred Tennyson*

Reformar o ensino do país é um projeto que envolve por muitos anos milhares de escolas, talvez milhões de professores, certamente milhões de alunos. Diferenças de todo tipo, incomensuráveis, entre essas cabeças todas e suas respectivas circunstâncias não permitem qualquer ilusão acerca das dificuldades.

É um processo lento, na maturação e nos resultados. Precisa de tempo. Resultados imediatos não existem, nem vão existir no que for importante: o próximo ano letivo será basicamente o mesmo que foi este, e têm sido os últimos. Até porque falta estímulo: mudam governos, ministros e idéias — e persistência e continuidade, necessárias para a solução, aqui fazem parte do problema por sua ausência conspícua.

Quando reforma do ensino se transforma em capricho de governo ou tema de campanha, entra em ação o ritual de fazer crer aos outros e a nós mesmos que a reforma está em vigor, e é um sucesso. Correm rios de tinta relatando às autoridades em mal contido júbilo que a lei, os pareceres, as portarias estão sendo cumpridas à risca e em clima de grande entusiasmo, com o magistério todo apoiando, as escolas se reformando, os alunos estudando.

Esse filme já passou, e todo mundo viu. No fim, fica aberto o caminho para o mais pernicioso mal em matéria de ensino, e que tem sido fatal a essas reformas todas: a simulação. A escola finge que cumpre, caso contrário arranja con-

fusão na fase inicial. O Governo finge que acredita, pois não pode ficar sem as escolas, nem fechá-las, nem sabe como ajudá-las a cumprir a lei nova. O aluno vai estudar — ou não! — aquilo que lhe for ensinado, e o professor vai fazer o que pode, como sabe e como sempre fez.

Os mandarins da educação burocrata-tearão calmamente no MEC, ou onde quer que façam seus ninhos, até a onda passar, mudar o ministro ou trocar o Governo. Eles estão fartos de saber que o cortejo fúnebre dessas reformas desfila sobre o chão juncado de relatórios e entrevistas de autoridades proclamando o êxito da falecida.

É claro que uma organização curricular mais flexível é melhor que modelos rígidos, mas é prematuro antecipar que essa flexibilidade vai ser assim ou assado, sob pena de afogar essa recém-nascida na pia batismal. É para ser flexível? Então sejamos, para valer.

E se é para valer, convém reconhecer então que essa flexibilidade se aplica principalmente a uma escola que ainda não existe. No caso do ensino médio, seria uma escola com o objetivo primordial de dar terminalidade a esse curso, para atender a uma clientela determinada que pretende ter acesso imediato ao mercado de trabalho, e está hoje sem alternativa ao Segundo Grau que conduz às escolas superiores. Não há notícia acerca dos recursos materiais e humanos disponíveis para que surja essa escola, que tem tudo para existir apenas como uma aspiração, desejo, miragem no mundo das idéias vagas. Quanto ao Segundo Grau, esse curso que prepa-

ra os alunos para o vestibular, é ocioso fazer previsões acerca de como será seu currículo. Este não é nem será fixado pela escola de Segundo Grau, mas pelo que constar dos editais dos vestibulares organizados pelas escolas superiores. Em breve os próprios currículos de nível superior estarão sendo organizados para atender ao que o MEC exigir no provão — que não tem nada de regional, é nacional — e voltará tudo ao ponto de partida.

Sair por aí a falar sobre a reforma de currículos como se estivéssemos numa sala de visitas, comentando as agruras

de um Paulinho qualquer às voltas com o vestibular, na base do "para que estudar química se ele vai ser advogado?", é uma levianidade. Quem pensar duas vezes certamente se verá diante do verdadeiro dilema: com que idade estaremos preparados para decidir sobre o ramo do saber em que vamos ficar ignorantes? Será mesmo o começo da adolescência o melhor momento para pedir a um jovem uma definição desse porte?

Esse é um ponto interessante e importante. Não se sabe bem o que pensam a lei, a reforma ou as autoridades sobre ele. Como também não há notícia sobre esses novos currículos, nem como se fará a formação do magistério que irá trabalhar com eles. Mas para convencer os possíveis interessados — e prováveis vítimas — já se afirma que eles serão capazes de formá-los para o mercado de trabalho e prepará-los não apenas para um vestibular, mas para uma vida útil.

Esse filme
já passou,
e todo
mundo
viu

Operar tudo isso sem uma grande "desregulamentação" do ensino brasileiro não é tarefa simples, nem o será romper os vínculos entre os sistemas de ensino, e seus currículos mínimos, e as conveniências dos órgãos de fiscalização profissional, corporificadas nos diplomas, registros e carimbos — e os correspondentes privilégios! — que habilitam o brasileiro a trabalhar.

Não há país que não esteja refletindo sobre sua organização curricular, debatendo-se em dúvidas, tentando conceber um ensino adequado a um futuro que se imagina com dificuldade, mas já sabendo que conhecerá mudanças ainda mais dramáticas que as já ocorridas ou previstas para breve. O tema é de domínio público, especialistas opinam e ouvem outras áreas: o empresariado, os formuladores de estratégias, os políticos e o distinto público.

Nós estamos apenas informados de que em algum gabinete se medita sobre o assunto. A imprensa diária nos faz chegar algumas informações esparsas, autoridades dão meias notícias e falam sobre o tema de forma coloquial.

Assim, reforma do ensino pertence ao Governo, e ele não precisa de ninguém. Ao país, aos professores, aos alunos, às escolas e às famílias só caberá cumprir o que, na sua infinita sapiência, o Governo mandar fazer. Mesmo com muito professor na equipe, é um caso singular de auto-suficiência, quase de desconsideração, esse de tentar reformar o ensino do país todo de novo, de uma maneira tão autocrática quanto a dos generais.

Parece que esses professores não aprenderam a lição, ou aprenderam bem demais a sua pior parte.

EDGAR FLEXA RIBEIRO é educador.